

CLIPPING IMPRESSO

04/11/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

1.1. PRECATÓRIOS..... 1 - 4

ESTADO MAIOR

DE OLHO

R\$ 8,2 MILHÕES

FOI QUANTO O GOVERNO federal liberou ao
Governo do Maranhão para ajudar no
pagamento de precatórios.

R\$ 8,2 mi da União para pagar precatórios do MA

Governo de Jair Bolsonaro (PSL) garantiu, na semana passada, repasse de verba extra de R\$ 8,2 milhões ao Governo do Maranhão para o pagamento de precatórios. **POLÍTICA 3**

Governo Bolsonaro libera R\$ 8,2 milhões para Flávio Dino quitar precatórios

Ato foi assinado pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão (PRTB), na semana passada, e está incluído em lei que libera total de R\$ 40,5 bilhões

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O governo Jair Bolsonaro (PSL) garantiu, na semana passada, verba extra de R\$ 8,2 milhões ao Governo do Maranhão para o pagamento de precatórios.

O ato foi assinado pelo então presidente em exercício, Hamilton Mourão (PRTB), e está incluído na lei que libera R\$ 40,5 bilhões para viabilizar o leilão de campos excedentes do pré-sal, previsto para 6 de novembro.

De acordo com a Lei nº 13.893, de 2019, o Ministério de Minas e Energia vai usar R\$ 34,6 bilhões para cumprir um acordo com a Petrobras. Os R\$ 5,9 bilhões restantes serão transferidos para estados, Distrito Federal e municípios, como parte da partilha do bônus de assinatura.

No bojo do dispositivo legal foi incluída a determinação para abertura de um crédito especial de R\$ 16,7 milhões. Desse valor, R\$ 8,2 milhões vão para o Maranhão pagar precatórios, e R\$ 8,5 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar subvenção econômica em operações de

MAIS

Rateio

Segundo a Lei 13.893/2019 o Ministério de Minas e Energia vai usar R\$ 34,6 bilhões para cumprir um acordo com a Petrobras. Os R\$ 5,9 bilhões restantes serão transferidos para estados, ao Distrito Federal e para municípios

Gestão comunista já recebeu aval para contrair empréstimo

investimento rural e agroindustrial.

Firmado em 2010, o contrato de cessão onerosa garantia à Petrobras explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal pelo prazo de 40 anos. Em troca, a estatal antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões à União.

Desde 2013, o governo negocia um aditivo de contrato com a empresa devido à desvalorização do preço do barril no mercado internacional. Esse aditivo foi fixado em R\$ 34,6 bilhões. Já a liberação de R\$ 5,9 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios foi definida com a aprovação do Projeto de Lei 5.478/2019, sancionado como Lei 13.885, de 2019.

Segundo dados da gestão Flávio Dino (PCdoB), o atual estoque de precatórios do Estado chega a R\$ 1,426 bilhão.

Para quitar essas dívidas, a gestão comunista já aprovou na Assembleia um projeto autorizando-lhe a tomar empréstimo de R\$ 623 milhões para pagar parte dessa dívida, e o STF determinou que a União autorize a abertura de linha de crédito com esse objetivo.

O governo estadual, no entanto, parece ter adotado postura de maior cautela antes de contrair novo empréstimo depois de o Senado haver aprovado, no início do mês de outubro, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prorroga por quatro anos, de 2024 para 2028, o prazo para que os governos estaduais e municipais paguem os precatórios.

Recurso extra deve chegar ainda em 2019 ao Maranhão

Além dos 8,2 milhões liberados agora pelo governo federal, o Governo do Maranhão aguarda por mais uma grande parcela de recurso extra ainda em 2019. Trata-se da verba oriunda de royalties do megaleilão do pré-sal, previsto para ocorrer na próxima quarta-feira, 6.

Também em outubro, o Senado aprovou a PEC que garante a divisão dos recursos desse, a chamada cessão onerosa, com os estados e municípios.

A União espera arrecadar R\$ 106 bilhões com leilões de blocos de pré-sal da plataforma continental. Desse total, R\$ 36 bilhões serão usados para pagar uma dívida com a Petrobras e o restante do dinheiro, R\$ 70 bilhões, será repartido entre os três entes federativos.

Desse total, R\$ 563 milhões ficarão com o Maranhão. ●



Divulgação

Valor destinado pela gestão Jair Bolsonaro (PSL) ao governo de Flávio Dino (PCdoB) faz parte de crédito especial que soma R\$ 16,7 milhões